

SUMÁRIO

Prefácio – RICARDO LUIS LORENZETTI	5
--	---

Capítulo I

O PARADIGMA AMBIENTAL

Introdução	15
I) A natureza como recurso escasso	16
II) Liberdade, igualdade e fraternidade	17
III) Conflitos na esfera íntima, privada e social	18
IV) Noção de paradigma	19
Primeira parte – Elementos do paradigma ambiental	20
I) Bem coletivo situado na esfera social	20
1) Indivisibilidade dos benefícios: o bem não é divisível entre quem o utiliza	20
2) Uso comum sustentável: o bem pode ser usado por todos os cidadãos	21
3) Não exclusão de beneficiários: todos os indivíduos têm direito ao uso e portanto não podem ser excluídos	21
4) Status normativo: o bem coletivo tem reconhecimento legal	21
5) Qualificação objetiva: a qualificação de um bem como coletivo surge de uma designação normativa objetiva e não subjetiva	22
6) Legitimação para agir difusa ou coletiva: estes bens são protegidos mediante uma ampla legitimação para agir	22
7) Precedência da tutela preventiva: para proteger estes bens a prevenção-precaução devem aplicar-se de modo prioritário à reparação	22
8) Ressarcimento através de patrimônios de afetação: quando há ressarcimento, não há uma indenização que se traslade ao patrimônio de uma pessoa, ainda que ela seja titular da legitimação processual	23
9) Localização na esfera social: estes bens pertencem à esfera social de tutela	23
II) Deveres, limites e direitos fundamentais típicos	23
III) Noção de meio ambiente	25
IV) O sistema causal	27

1) A noção de sistema.....	27
2) A noção de ação coletiva	29
3) O modelo antropocêntrico e geocêntrico	30
Segunda parte – O impacto do paradigma ambiental	31
I) A ética ambiental e os valores.....	31
1) O conflito moral.....	31
2) Valores ambientais	32
II) A economia	33
1) Externalidades negativas: a relação da empresa com a sociedade	34
2) Instituições: a tragédia dos bens comuns	35
3) Externalidades positivas. Novos campos econômicos.....	36

Capítulo II

O DIREITO AMBIENTAL

Primeira parte – O meio ambiente e os direitos	38
I) As ações	38
Conflitos:.....	39
Ações:.....	39
II) A legitimação para agir.....	41
1) Direitos individuais, coletivos e individuais homogêneos.....	41
2) As ações do afetado	45
3) A noção de bem coletivo em relação à legitimação e à competência	46
III) Os direitos subjetivos.....	49
1) A ordem pública de coordenação	49
2) O princípio de sociabilidade	50
3) A função ambiental	51
4) Uso sustentável e gestão sustentável	52
Segunda parte – O sistema de direito ambiental	58
I) Concepção sistêmica.....	58
1) Regulação contínua	58
2) Separação de norma e conflito	59
3) A coerência “a posteriori”	59
4) Sanção, cumprimento forçado e regras institucionais	59

5) Modelo de cumprimento de objetivos jurídicos.....	61
6) Guias de atuação ética e legislação por objetivos.....	62
7) A interpretação a favor da efetividade dos direitos fundamentais..	63
II) Princípios e valores estruturais	64
1) Valores	65
2) Princípios	65
3) Regras	66
4) Objetivos	66
5) O valor “qualidade de vida”	66
III) Pluralismo de fontes e regra do precedente	70
IV) O impacto na disciplina acadêmica	71

Capítulo III

INCERTEZA E RISCOS AMBIENTAIS: PREVENÇÃO E PRECAUÇÃO

Introdução.....	72
I) Consenso emocional e dissenso cognoscitivo	72
II) Intervencionistas, prevenidos e precavidos.....	74
III) Antecedentes	75
IV) Conceito	76
V) Questionamentos.....	77
Primeira parte – Qualificação jurídica.....	78
I) É uma obrigação ou uma opção voluntária?	78
II) Seus destinatários são os funcionários públicos ou alcança também aos habitantes?.....	78
III) Qual é seu efeito sobre as políticas públicas?	79
IV) Qual é o conteúdo do princípio?	80
A. Fundamento constitucional.....	80
B. Conceito jurídico indeterminado.....	80
C. Peso diferente segundo os bens comprometidos	80
V) Quais são as hipóteses de aplicação?	81
1) Ameaça de dano grave e irreversível.....	81
2) A incerteza científica.....	82
Segunda parte – Aplicação do princípio.....	85
I) É casuístico	85

II) Redução da incerteza	86
III) Transferência do risco da dúvida.....	86
IV) Transferência do risco do erro científico. Falsos positivos e falsos negativos	86
V) Transferência do risco na demora.....	87
VI) Transferência do risco probatório	87
VII) Aplicação dinâmica e adaptativa.....	88
VIII) Transferência do risco do desenvolvimento.....	88
IX) Equidade e não discriminação	89
Terceira parte – O balanço entre riscos e benefícios.....	90
I) Admissibilidade do balanço risco-benefício.....	90
II) O caráter de técnica procedimental não valorativa	90
III) O método analítico não emocional	91
IV) O procedimento	91
1) Identificar margens de probabilidades	92
2) Devem-se valorar os benefícios relativos para as partes relevantes	92
3) Devem-se examinar os custos comparativos das diversas alternativas.....	92
4) Há que valorar as experiências anteriores para agir de modo consistente.....	93
5) Experimentar passo a passo	93
6) Comparações intra e intergeracionais	93
V) Controle cidadão.....	94
1) O processo de deliberação moral.....	94
2) A crise no processo decisório	95
3) Democracia intensiva.....	95
VI) Controle e administração do risco	97
Quarta parte – Mudanças paradigmáticas	99
I) A segurança jurídica.....	99
II) Da reparação à antecipação	100
III) O paradigma da ancoragem	100

Capítulo IV

TEORIA DA IMPLEMENTAÇÃO

Introdução.....	101
-----------------	-----

I)	A teoria da implementação.....	101
1)	O cumprimento voluntário (“Compliance”)	102
2)	Cumprimento forçado (“Enforcement”).....	103
3)	Dissuasão (“deterrence”).....	103
II)	O problema da ineficácia.....	104
1)	A legislação declarativa.....	104
2)	Bens coletivos	106
III)	O cumprimento voluntário.....	106
1)	Contexto institucional: confiança e custos de transação	106
2)	Construção de capital social	108
3)	Princípios do bom governo	109
4)	Regulação do mercado	110
IV)	Programas de cumprimento.....	111
1)	Estabelecimento de objetivos intermédios e finais a cumprir.....	111
2)	Técnicas de “comando-controle”	111
3)	Incentivos culturais	112
4)	Medição do êxito	112
5)	Identificação dos sujeitos obrigados pela regulação	112
6)	Identificação de papéis complementares.....	113
7)	Controle de cumprimento a cargo de uma autoridade claramente identificada.....	113
8)	Definição precisa das competências para a aplicação das sanções .	114

Capítulo V

CUMPRIMENTO OBRIGATÓRIO DAS NORMAS AMBIENTAIS (“ENFORCEMENT”)

Introdução.....	115	
Primeira parte – Decisões sobre bens coletivos	116	
I)	O mandado para terminar com a discriminação nas escolas. O caso “Brown v. Board of Education of Topeka”. Suprema Corte dos Estados Unidos da América	116
II)	A exigência de atuação “eficaz” da administração. “Caso La Oroya”. Sentença do Tribunal Constitucional do Peru	120
III)	A ordem de adaptar o transporte público a tecnologias não contaminantes. Suprema Corte da Índia. M.C. Mehta v Union of India.....	125

IV) O traslado de toda a indústria de curtume. Metha vs. Union of India. Sentenças/decisões da Suprema Corte da Índia	127
V) A agência ambiental deve regular as emissões que produzem o aquecimento global. Massachusetts vs. Environmental Protection Agency. Sentença da Suprema Corte dos EUA	131
VI) A ordem de limpar um rio. “Mendoza, Beatriz e outros c. Estado Nacional e outros”, Suprema Corte de Justiça da Nação Argentina	135
Segunda parte – Os processos relativos a bens coletivos.....	138
I) Distinção entre conflito e processo coletivo – planificação processual ..	139
1) Pluralidade de processos individuais decididos por um tribunal ..	139
2) Pluralidade de processos individuais decididos por vários tribunais	139
3) Processo coletivo que origina processos individuais	140
4) Processo coletivo fracionado.....	140
5) Processo coletivo único	141
II) Processos policêntricos	141
III) Fases da relação processual	142
IV) Distinção entre sentença declaratória e sentença executória	143
1) Sentença declaratória	144
2) Sentença de execução	144
V) O problema do tempo na execução	144
VI) Divisão do objeto: prevenção e reparação	145
1) A prevenção-recomposição	145
2) A reparação	146
Terceira parte – Medidas judiciais de implementação	147
I) Exortações e mandatos	147
II) Mandados de não inovar e de inovar	147
III) Mandados dirigidos à administração	150
1) Ordem orientada para um resultado	150
2) Ordem orientada para os procedimentos	151
3) Garantias de implementação. Criação de uma microinstitucionalidade	151
IV) Mandados dirigidos ao Congresso: pretensões de operatividade.....	152
V) Ordens de organização da implementação	153
1) Delegação da execução	153
2) Divisão da execução por etapas.....	153

3) Aplicação de sanções ao funcionário público	153
VI) Soluções conciliatórias	154
Quarta parte – Limites do ativismo judicial	155
I) Limites derivados da democracia constitucional	155
II) Limites derivados da eficácia do poder judicial	156
Anexo de Jurisprudência sobre direito ambiental	159
Amparo	159
Cautelares	231
Competência.....	241
Perdas e danos.....	274
Inconstitucionalidade	298
Outros.....	308